

Capítulo 1

A CONSTRUÇÃO DO MITO DA "BRASILIDADE"

Nós, brasileiros, somos o povo da alegria, do calor humano, da hospitalidade e do sexo. Em resumo, somos o povo da "emocionalidade" e da "espontaneidade" enquanto oposição à racionalidade fria e ao cálculo que caracterizaria supostamente as nações avançadas do centro da modernidade. Do Oiapoque ao Chuí, todo brasileiro, hoje em dia, se identifica com esse "mito brasileiro". Todas as nações bem-sucedidas, sejam ricas ou pobres, possuem um mito semelhante. O "mito nacional" é a forma moderna por excelência para a produção de um sentimento de "solidariedade coletiva", ou seja, por um sentimento de que "todos estamos no mesmo barco" e que, juntos, formamos uma unidade. Sem a construção de um sentimento de "pertencimento coletivo" desse tipo, não existe nação no sentido moderno, nem sentimento de compartilhamento de uma mesma história e de um mesmo destino.

Em várias das guerras sanguinárias e intestinas que assolam países inteiros, as quais acompanhamos todo dia pela televisão, precisamente a ausência de um sentimento de unidade e de destino comum o grande responsável por catástrofes desse tipo. Assim, as rivalidades entre clãs nos países africanos levam milhões à morte porque o sentimento de pertencimento ao clã ou à tribo mais forte que o pertencimento

nacional. Do mesmo modo, a rivalidade entre muçulmanos sunitas e xiitas é, algumas vezes, maior que o sentimento nacional, levando países inteiros à beira da guerra civil. Ainda que existam sempre interesses econômicos e políticos por trás dessas diferenças étnicas e religiosas, a ausência de um sentimento compartilhado de solidariedade nacional é determinante para que as rivalidades sejam resolvidas de forma violenta, cruel e com genocídios odiosos.

Esses exemplos nos mostram que as construções de identidades coletivas são sempre, também, processos de “aprendizado coletivo”. Aprender, seja no sentido cognitivo ou no sentido moral (e esses dois aspectos estão intimamente relacionados), implica sempre um penoso e difícil processo de vencer nosso ancestral “egoísmo” e “narcisismo”. Ainda que seja perfeitamente normal e saudável uma preocupação com a própria sobrevivência e com a perseguição dos nossos interesses individuais, todo processo de aprendizado moral, individual ou coletivo, implica, antes de tudo, a consideração de interesses e de valores que ultrapassam a esfera individual mais estreita. Que esse é o aprendizado humano mais importante e mais difícil pode ser comprovado por qualquer pai ou mãe que tenha passado pela dura prova de educar os “pequenos tiranos” que são nossos próprios filhos.

O mesmo desafio que se reproduz em cada esfera familiar também é o grande desafio social e político de toda sociedade. Pode-se perfeitamente aferir o potencial de aprendizado moral e político das diferentes sociedades existentes a partir da sua capacidade ou incapacidade de expandir e generalizar o sentimento de solidariedade e de responsabilidade coletivo.¹ Assim, a superação das barreiras de sangue, tribo, clã etc. foi um passo fundamental para que pudéssemos ter, por exemplo, a dimensão moderna da “cidadania”. Ser cidadão implica que nosso pertencimento político não se define por laços restritivos de sangue ou localidade, e sim pela ideia de uma comunidade maior e mais geral.

Nesse sentido, o mito nacional substitui, em grande medida, aquilo que, em épocas passadas, era produzido pelas grandes religiões

¹ Que nós, brasileiros, só tenhamos olhos para a dimensão econômica do PIB é fruto de nosso notável atraso moral e político e o espelha.

mundiais,² como fonte de solidariedade coletiva. A identidade nacional é, desse modo, uma espécie de “mito moderno”. Estou usando a noção de mito, neste contexto, como sinônimo de “imaginário social”,³ ou seja, como um conjunto de interpretações e de ideias que permitem compreender o sentido e a especificidade de determinada experiência histórica coletiva. Desse modo, o mito é uma transfiguração da realidade de modo a provê-la de “sentido” moral e espiritual para os indivíduos e grupos sociais que compõem uma sociedade particular.⁴

É precisamente esse “sentido” moral que permite cimentar relações de identificação social e pertencimento grupal de modo a garantir laços efetivos de solidariedade entre os indivíduos e grupos, aos quais o mito se refere. Falo de “moralidade” nesse contexto em dois sentidos. Em primeiro lugar porque ele pressupõe, como vimos acima, um processo de aprendizado e de superação de nosso narcisismo e egoísmo primário, naturalizados sob a forma de vínculos locais e de sangue. Em segundo lugar, esse processo é moral porque esse “mito” ou esse “imaginário social” é necessariamente baseado em opções morais como superior/inferior, nobre/vulgar, bom/mal, virtuoso/vulgar etc. Existe, portanto, uma “hierarquia moral”, ainda que geralmente apenas implícita e não tematizada, a todo mito ou imaginário social peculiar.

Perceber a forma particular que essa hierarquia moral assume significa compreender, também, o modo peculiar como os indivíduos e grupos sociais de uma sociedade concreta se percebem e se julgam mutuamente. A importância existencial, social e política desse tipo de construção simbólica é, portanto, fundamental. Ela revela, por assim dizer, o DNA “simbólico” de uma sociedade. Ela pode explicar, por exemplo, por que em países como o Brasil só se pensa na dimensão material que se mede em dinheiro ou PIB. Os países sociais democratas

² ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. London: Verso Books, 1991.

³ TAYLOR, Charles. *Modern social imaginaries*. Durham: Duke University Press, 2004.

⁴ BELLAH, Robert. *The broken covenant: American civil religion in a time of trial*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 3.

da Europa, ao contrário, se comparam constantemente em termos de qualidade de vida, serviço médico e educacional, na garantia de liberdades individuais ou na forma mais ou menos generosa com que se recebem imigrantes. Por que o Brasil se percebe como "mercado", e essas sociedades se percebem como "sociedade"? Existem modos de se explicar essas diferenças e suas enormes consequências para a forma mais ou menos humana e justa de vida coletiva que se escolhe.

Por conta disso começamos este livro com o desafio de esclarecer por que precisamente construímos nosso DNA desse jeito e não de outro. Uma diferença fundamental entre o DNA individual e o coletivo é que o segundo, diferentemente do primeiro, é "construído" historicamente. Em outras palavras, ele é "contingente", ou seja, existe um elemento importante de arbitrariedade na medida em que ele poderia ser construído de outro modo. Entender por que ele foi construído dessa maneira e não de outra qualquer significa se apropriar da própria memória, lembrar o "esquecido", e compreender, em última instância, "quem somos", por que nos tornamos "quem nós somos" e de que modo isso determina, sem que saibamos, toda a nossa vida social e política atual e futura. Mais importante, como só se aprende com a autocrítica, podemos também, porventura, "mudar o nosso DNA simbólico e cultural" na medida em que nos apropriamos dele sem ilusões e sem fantasias compensatórias.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

A noção moderna de "nação" é um processo, como todo processo social, de luta contra ideias rivais. Como toda ideia está ligada a interesses econômicos e políticos de toda espécie, esse tipo de luta é, quase sempre, difícil, lenta, e muitas vezes, sangrenta. No Brasil isso não foi diferente. As guerras e rebeliões intestinas, que durante todo o século 19 rasgaram o país de alto a baixo, testemunham as resistências que a ideia da nova nação teve de enfrentar para se sobrepor aos interesses econômicos e políticos locais de todo tipo.

Toda nação, especialmente toda jovem nação, tem que se contrapor não apenas a inimigos ou "outros" externos, mas também a

diversos "outros" internos. Esses outros internos, que se constroem a partir de solidariedades locais de sangue ou de território, são os inimigos que toda nação bem-sucedida tem que combater de modo a realizar-se enquanto tal. Uma nação se constitui apenas quando os nacionais se identificam efetivamente, em alguma medida significativa, como "brasileiros" e não mais, por exemplo, como gaúchos, paulistas ou pernambucanos. A nação implica uma generalização de vínculos abstratos que se contrapõem efetivamente aos vínculos concretos estabelecidos por relações de sangue, vizinhança ou localidade. Um desses vínculos abstratos mais importantes é precisamente a noção de cidadania, que estabelece direitos e deveres iguais e intercambiáveis para todos os membros da nação.

Mas como tornar esse mito "atraente" para as pessoas comuns que se identificam muito mais facilmente com seu vizinho ou com seu "protetor" mais próximo, os donos de terra e gente, por exemplo, do Brasil de ontem e de hoje, aos quais se vinculam por laços concretos de "gratidão"? O Estado-nação, para existir, terá que se contrapor a esses potestados locais que normalmente possuem sua própria polícia e sua própria lei. A nação terá que disponibilizar para as pessoas todo um "arsenal simbólico" em ideias e imagens que tem que ser poderoso o bastante para se contrapor com sucesso não só em relação às lealdades locais, mas também em competição com os exemplos concorrentes dos "outros externos". Para os grandes países latino-americanos como o México ou o Brasil, o "outro externo" é gigantesco e se impõe como um obstáculo quase intransponível: o grande irmão e competidor do norte, o todo-poderoso Estados Unidos.

Nós, brasileiros, nunca nos comparamos com a Bolívia, com a Guatemala, ou mesmo com a Argentina. Nós nos comparamos obsessivamente com os Estados Unidos – na realidade, a comparação explícita e implícita com os Estados Unidos é o fio condutor de praticamente todas as interpretações da singularidade brasileira no século 20⁵ – porque

⁵ Ver sobre isso SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*: para uma reinterpretação do modelo brasileiro. Brasília: Editora da Unb, 2000.

percebemos que apenas eles são tão grandes e expressivos como nós mesmos no continente americano. Para um país como o Brasil, a comparação com os Estados Unidos se impõe por si mesma. Os Estados Unidos e o Brasil possuem várias similitudes morfológicas e históricas: extensão territorial, tamanho populacional, tempo de colonização, importância da escravidão.

A partir dessas similitudes, no entanto, o resultado não poderia ser mais diverso: riqueza e afluência, de um lado, pobreza e marginalidade social em grande escala, de outro. Se o dinamismo social e econômico americano anima a inveja e a admiração dos seus pais europeus – ultrapassados em escala geométrica pelos filhos exilados no novo continente –, o que dizer dos países latino-americanos como o Brasil? Como vemos, os desafios à construção de um mito nacional brasileiro bem-sucedido foram gigantescos tanto em relação aos “inimigos” internos quanto externos. Como se construiu a noção de “brasilidade” que possuímos hoje?

A resposta a essa questão exige que compreendamos que o tema do mito nacional ou do imaginário social nacional que estamos discutindo necessita ser “internalizado” pelas pessoas comuns como algo “seu”, como algo indissociável de sua personalidade pessoal, para que possa lograr conquistar o coração e as mentes das pessoas comuns como todos nós. A construção do mito nacional tem que ser o caminho para a construção da “identidade nacional”. Nesse terreno, para que a “invenção” efetivamente “pegue”, o comunitário tem que coincidir com o pessoal, os sentimentos públicos, com nossos sentimentos mais íntimos.

A noção de comunidade compartilhada é constituída pela lembrança real ou imaginária de uma tradição comum compartilhada, seja esta baseada em hábitos comuns, origem religiosa, costumes compartilhados ou identidade linguística. A finalidade aqui é criar um terreno de sentimentos e identidades emocionais comuns que permita que todos, dos mais amplos setores e dos diversos grupos sociais com interesses divergentes ou conflitantes, se vejam como construtores e participantes do mesmo projeto nacional. Um mito nacional bem-sucedido permite que dada nação possa

se manter coesa e unida mesmo em épocas de crise ou caos provocado por guerras externas, golpes de Estado, revoluções, guerras civis, epidemias ou conflitos de qualquer espécie.

Mas uma identidade nacional eficiente constrói as bases não apenas da solidariedade grupal dominante, mas também é uma fonte indispensável, em condições modernas, para a própria constituição da identidade individual de cada um de nós. Assim, somos todos não apenas filhos de nossos pais e mães específicos, o que nos confere uma biografia e, portanto, uma identidade peculiar, mas somos também, em grande medida, “filhos” da nação com a qual nos identificamos. Esse ponto é importante, já que isso contribui para que o mito nacional seja incorporado e internalizado de modo pré-reflexivo e emotivo por cada um de nós, tornando o mito, em medida significativa, imune à crítica racional.

Assim, do mesmo modo que amamos nossos pais porque os temos de certo modo “dentro de nós”, porque em tenra idade nos identificamos inconscientemente com a maneira de ser e agir deles, nos identificamos também, do mesmo modo, desde tenra idade, com a autoimagem que nosso mito nacional nos lega. Por conta disso, independentemente de qualquer julgamento racional, nós “amamos” tudo que tem a ver com ele e “odiamos” tudo que o contradiz e o nega. Como foi possível construir esse improvável amálgama entre identificação comunitária e identidade pessoal que permitiu a construção de uma “identidade nacional” tão eficiente e bem-sucedida como a identidade nacional brasileira?⁶

Na verdade, para que possamos compreender o sucesso do processo de construção de uma identidade nacional no Brasil moderno, temos que perceber a enorme dificuldade, a verdadeira odisséia que a nação brasileira, nos seus quase dois séculos de existência independente, teve que superar para existir como um símbolo válido e querido para seus participantes. Como vimos, tanto interna quanto externamente, as dificuldades iniciais eram poderosas. O Brasil recém-independente –

⁶ CARVALHO, José Murilo de. “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38, 1998.

afinal, é a independência que torna urgente a construção de uma identidade nacional própria como questão de sobrevivência imediata tanto simbólica quanto material – era um país de dimensões continentais e sem grande comunicação entre as suas diversas regiões. Apenas pouco a pouco, o Estado incipiente lograva impor seu monopólio da força física. Mas sabemos que nenhuma forma contínua de exercício do poder se mantém apenas pela força. Era necessário “convencimento”, sentir-se pertencente à comunidade nacional, ligar a identidade individual à comunitária, construir uma “identidade nacional”, conquistar o “amor” de seu povo.

Os obstáculos, no entanto, também para o fundamental pertencimento simbólico voluntário dos cidadãos comuns, eram quase intransponíveis. O Brasil se via – e era efetivamente – uma nação pobre. O país que se torna autônomo em 1822 e que, portanto, vê-se subitamente confrontado com a questão de elaborar uma identidade para si – quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? – sofria de extraordinário complexo de inferioridade, especialmente em relação à Europa, ideal e sonho inatingível de toda a elite culta. Que fazer com um país recém-autônomo, composto em sua imensa maioria de escravos e homens livres incultos e analfabetos? Homens acostumados a obedecer e não a serem livres?

Na ausência de aspectos positivos da sociedade, a natureza brasileira vai oferecer uma primeira imagem, que vai retirar sua razão de ser de um meio natural exuberante, as primeiras noções “positivas” acerca da brasilidade, do que nos permite ser brasileiros com orgulho e não com vergonha. O tema da natureza será recorrente no decorrer do século 19 na prosa, na poesia, na construção de nossa literatura e nas imagens de grandeza do grande “país do futuro”, “deitado em berço esplêndido”, como diz nosso hino, apenas esperando para ser acordado e cumprir seu grande destino dentre os grandes povos da terra. Mas a natureza é um recurso limitado para a construção da identidade de um povo. Ela permanece uma mera “alusão metafórica” de grandeza e glória. Afinal, são os habitantes, os seres humanos, os verdadeiros sujeitos da história nacional de qualquer país.

Durante todo o século 19 e até a década de 1920, o paradoxo da identidade nacional brasileira vai ser materializado, precisamente, com

base na impossibilidade, num contexto histórico em que o racismo possui “prestígio científico” internacional, de se construir uma “imagem positiva” para um “povo de mestiços”. O mestiço, o mulato no nosso caso, vai ser, muitas vezes, percebido como uma degeneração das raças puras que o compõem, sendo formado pelo que há de pior tanto no branco quanto no negro enquanto tipos puros. Essa era a opinião, por exemplo, de nada mais nada menos que um dileto conselheiro do Imperador Pedro II, o conde francês Goubineau. Todos os grandes pensadores brasileiros desse período, como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues ou Oliveira Vianna, serão vítimas dos preconceitos racistas e presas da armadilha que tornava virtualmente impossível vislumbrar um futuro positivo para um povo de mulatos.

Apenas a partir desse pano de fundo é que podemos compreender a extraordinária influência e importância da “virada culturalista” levada a cabo por Gilberto Freyre com a publicação de *Casa-grande & senzala* em 1933. Ainda que Freyre não tenha se desvinculado completamente do pensamento racial,⁷ sua ênfase é decididamente cultural, ou seja, ele é o primeiro a notar entre nós a “cultura”, e não mais a “raça”, percebida como um processo histórico de entrelaçamento e interinfluência de hábitos e costumes de vida, como o fundamento da singularidade social e cultural brasileira.

Como Freyre constrói essa ideia? Sua tese é a de que o Brasil, como parte do horizonte cultural lusitano, realiza aqui, com uma intensidade sem igual no mundo, as virtualidades da “plasticidade” cultural do português.⁸ A influência dessa ideia entre nós não poderia ter sido maior. Afinal, ela poderia, essa era (e ainda é) a suposição implícita, ser “comprovada empiricamente” na efetiva cor mestiça que caracteriza o brasileiro não imigrante. Bastaria “olhar” a realidade das ruas do povo brasileiro e mestiço para que sua tese fosse confirmada. Depois, e este é o ponto decisivo, a mistura étnica e cultural do brasileiro,

⁷ Ver BENZAQUEN, Ricardo. *Guerra e paz*. São Paulo: Editora 34, 1993, neste particular muito bem argumentado, ainda que discorde do resto do livro.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

ao invés de ser um fator de vergonha, deveria, ao contrário, ser percebida como motivo de orgulho: a partir dela é que poderíamos nos pensar como o povo do encontro cultural por excelência, da unidade na diversidade, desenvolvendo uma sociedade única no mundo precisamente por sua capacidade de articular e unir contrários. Aquilo que durante um século fora percebido apenas como algo negativo agora passa a ser visto com outros olhos. Para Freyre, o que antes era motivo de vergonha vira razão de orgulho, ser mestiço, agora, passa a indicar virtualidades positivas. Para Freyre, enfim, o mestiço "is beautiful!"

Para quem não costuma refletir sobre o papel das ideias no mundo, é certamente uma surpresa ser confrontado com a "historicidade" e com a contingência das ideias que nos fazem o que somos e o que pensamos. Freyre construiu a autoimagem moderna do brasileiro sobre si mesmo nesse "romance de construção nacional", que é seu *Casa-grande & senzala*. Essa ideia, como acontece com todas as ideias que nos dominam no mundo (e elas nos dominam tanto mais quanto menos as percebemos enquanto construções arbitrárias e contingentes), não exerce a sua influência porque as pessoas começaram a ler *Casa-grande & senzala* e se convenceram de seu argumento. Não é desse modo que os pensadores e os homens e mulheres de ideias influenciam o cotidiano das pessoas comuns que, algumas delas, sequer sabem ler.

As novas ideias de Freyre ganharam o mundo e conquistaram os corações e mentes das pessoas comuns ao se encontrarem com o interesse do Estado reformista e interventor de Getúlio Vargas, numa ideologia positiva do brasileiro como energia simbólica para o esforço de integração nacional. O Brasil industrial, que se inaugura em 1930 em grande escala, precisa de um ideário que conclame os brasileiros para a ação unida e conjunta, também em grande escala, para a renovação nacional. A tese de Freyre defende precisamente a unidade substancial dos brasileiros num todo unitário e tendencialmente harmônico. Estamos todos no mesmo barco e devemos ter orgulho do que já construímos — uma sociedade que supostamente une com harmonia os opostos —, e mais, do que ainda temos que construir.

Essa tese deve, com certeza, ter soado como música aos ouvidos da elite reformadora empenhada no grande salto nacional que aquela época ensejava. Ela permitia conferir autoridade intelectual e um caráter singularmente "brasileiro" à ideologia orgânica do Estado novo que percebia

a nação como superação dos conflitos "mesquinhos" de classe.⁹ O elogio da unidade, da homogeneidade, da "índole pacífica do povo brasileiro", do encobrimento e da negação de conflitos de toda espécie, assim como, no outro polo, a demonização da crítica e da explicitação de conflitos e das diferenças, ganham, a partir desse contexto discursivo e até nossos dias, sua articulação e legitimação máximas. A negação dos conflitos de toda espécie passa a ser percebida como atributo "positivo", agora "articulado", explicitado e desenvolvido como ideia e não, como antes, uma "prática" inconfessável. Está criado o nosso DNA simbólico, o DNA simbólico do Brasil moderno, um conjunto de ideias que legitimam práticas sociais e institucionais de toda espécie que se destinam, em última instância, a retirar qualquer legitimidade do diferente e da diferença, do crítico e da crítica. A metáfora do DNA biológico, apesar de perigosa pela impossibilidade de mudança, o que não acontece na vida social, é importante para mostrar que sociedades que não se criticam, como a brasileira, efetivamente "naturalizam", como no caso do DNA genético individual, sua vida social.

A união, assim como a solidariedade e o amor entre "raças" e "culturas" que comporiam a brasilidade, empiricamente visível — na verdade só o "resultado" é visível, mas não o "processo" real que levou a este resultado — a olho nu nas ruas e no cotidiano brasileiro, passa a ser ensinada nos livros de escola (ainda hoje com pouquíssimas mudanças), celebrada como singularidade nacional nas campanhas de propaganda do governo, carnavalizada nos sambas e desfiles, discutida e debatida nos jornais e nas universidades.¹⁰ É, como sempre, com a sua "institucionalização", como mecanismo de poder do aparelho de Estado e de convencimento na esfera pública, que as ideias-força, como essa da qual Freyre foi o grande sistematizador (ainda que não o criador),¹¹ dos intelectuais logram conquistar os corações e mentes das pessoas comuns.

⁹ Ver VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

¹⁰ Ver PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999; e VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

¹¹ MACIEL, Fabrício. *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.

Num país como o nosso, que só percebe a “economia” e, portanto, o dinheiro e suas materializações, como fábricas, carros, usinas, estradas, sequer chegamos a perceber a enorme influência dessas coisas materiais como as ideias e os valores sempre associados a elas. Para quem só percebe a “matéria”, visível e tocável com as mãos a nossa frente, essa é a única realidade possível. A realidade não se apresenta como “construída”, ou seja, como uma forma de viver dentre várias outras formas possíveis, mas sim como “dada”, necessariamente a que está aí fora de nós e existe. Deixa-se de perceber, quando se transforma desse modo “cultura” em “natureza”, o principal: que toda a nossa orientação na vida e toda justificação de nossas ações e comportamentos dependem de “ideias” contingentes e fortuitas, formuladas por outros, e que comandam nossas decisões e julgamentos tanto mais quanto menos temos consciência delas.

Hoje em dia, o mito freyriano da identidade brasileira é parte da alma de todo brasileiro sem exceção, de todos nós que nos imaginamos com a autocomplacência e com a autoindulgência de quem diz: tudo bem, temos lá nossas mazelas, nossos problemas, mas nenhum povo é mais caloroso, simpático e sensual neste planeta. “Isso”, essa deliciosa “fantasia compensatória”, ninguém nos tira. Ainda que nossos graves problemas sociais sejam insofismáveis, temos “vantagens comparativas” em relação a outros povos pela nossa cordialidade, simpatia e calor humano. O corolário do nosso mito da cordialidade é a aversão a toda forma de explicitação de conflito e de crítica. Isso é verdade mesmo em contextos nos quais o conflito e a crítica são as precondições para qualquer ação produtiva como no universo da política e do debate acadêmico e intelectual, conforme veremos em maior detalhe a seguir. Por conta disso nosso debate acadêmico e político é tão pobre e tão pouco crítico. A aversão ao conflito é o núcleo de nossa “identidade nacional”, na medida em que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional. O mito da brasilidade, assim construído, é extremamente eficaz de norte a sul e constitui-se em base indispensável para qualquer discurso sobre o país.

Capítulo 2

SENSE COMUM E JUSTIFICAÇÃO DA DESIGUALDADE

O tema da gênese da identidade nacional peculiar a cada moderna é fundamental para a compreensão da forma como essa sociedade e seus membros se percebem a si próprios. Tal autocompreensão, por sua vez, é o que permite e explica o desenvolvimento social e político em uma dada direção e não em outra qualquer. É ela que permite explicar por que existem sociedades mais ou menos justas, igualitárias ou liberais. Nesse sentido, o mito de pertencimento nacional faz parte de uma espécie de “núcleo político” do senso comum. O “senso comum” é a forma como as pessoas comuns, ou seja, nós todos, conferimos sentido às nossas vidas e ações cotidianas. Como a enorme maioria das pessoas não é especialista no funcionamento da sociedade, mas necessita conhecer regras básicas de convívio social para levar suas vidas adiante, o “senso comum” preenche precisamente essa lacuna “pragmática”. Existe também a necessidade pragmática de se responder à questão “quem nós somos”, “como devemos agir”, o que caracteriza uma sociedade justa” ou, o que perpassa todas essas questões, “o que singulariza os brasileiros de outros povos”. A importância fundamental dessas questões é tanto existencial, na dimensão individual, quanto política, na dimensão coletiva. Como o indivíduo que se faz esse tipo de pergunta é “brasileiro”, a definição do que é brasilidade faz parte, de modo importante, de sua própria personalidade, seja no âmbito privado ou público.